

Na íntegra do Despacho nº 3.836, de 25 de novembro de 2015, publicada em resumo no DOU de 9 de dezembro de 2015, Seção 1, página 104, nº. 235, onde se lê:

Rio Pardo								
Nome	CEG*	Coordenadas do Eixo do Barramento**	Coordenadas das Casas de Força**	Área de Drenagem (km²)	N.A. Normal Montante (m)***	N.A. Médio de Jusante (m)***	Área do Reservatório (km²)	Potência (kW)
PCH João Nery	PCH.PH.MG.035138-5.01	21°42'05" S 46°28'50" O	21°41'58" S 46°29'03" O	1.685	875,5	859,6	0,64	6.370
PCH Boa Vista	PCH.PH.MG.035139-3.01	21°42'52" S 46°27'16" O	21°42'50" S 46°27'40" O	1.661	912,4	875,7	8,79	14.530
PCH Marambaia	PCH.PH.MG.035140-7.01	21°43'54" S 46°24'32" O	21°43'47" S 46°24'40" O	1.507	939,8	918,6	27,53	7.610
PCH Bandeira	PCH.PH.MG.035141-5.01	21°46'03" S 46°23'26" O	21°46'03" S 46°23'26" O	1.426	948,8	939,7	33,28	3.660
PCH Margarida	PCH.PH.MG.035142-3.01	21°54'44" S 46°17'14" O	21°54'33" S 46°17'15" O	458	1.028,5	989,8	68,84	4.790

leia-se:

Rio Pardo								
Nome	CEG*	Coordenadas do Eixo do Barramento**	Coordenadas das Casas de Força**	Área de Drenagem (km²)	N.A. Normal Montante (m)***	N.A. Médio de Jusante (m)***	Área do Reservatório (km²)	Potência (kW)
PCH João Nery	PCH.PH.MG.035138-5.01	21°42'05" S 46°28'50" O	21°41'58" S 46°29'03" O	1.685	875,5	859,6	0,87	6.370
PCH Boa Vista	PCH.PH.MG.035139-3.01	21°42'52" S 46°27'16" O	21°42'50" S 46°27'40" O	1.661	912,4	875,7	1,18	14.530
PCH Marambaia	PCH.PH.MG.035140-7.01	21°43'54" S 46°24'32" O	21°43'47" S 46°24'40" O	1.507	939,8	918,6	0,39	7.610
PCH Bandeira	PCH.PH.MG.035141-5.01	21°46'03" S 46°23'26" O	21°46'03" S 46°23'26" O	1.426	948,8	939,7	2,43	3.660
PCH Margarida	PCH.PH.MG.035142-3.01	21°54'44" S 46°17'14" O	21°54'33" S 46°17'15" O	458	1.028,5	989,8	0,53	4.790

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em <http://www.aneel.gov.br/biblioteca>.

Na íntegra do Despacho nº 378, de 8 de fevereiro de 2017, publicada em resumo no DOU de 14 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 37, vol. 154, nº. 32, onde se lê: "30.000 kW", leia-se: "27.000 kW". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em <http://www.aneel.gov.br/biblioteca>.

### SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

#### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE Em 14 de fevereiro de 2017

Nº 452. Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Hidroplan Geração de Energia Elétrica S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em teste a partir de 15 de fevereiro de 2017. Usina: CGH Rio Alegre. Unidade Geradora: UG1 de 740 kW, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Condor, Estado de Rio Grande do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

### SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

#### DESPACHO DA SUPERINTENDENTE Em 13 de fevereiro de 2017

Nº 414. Processo nº 48500.005182/2016-76. Interessadas: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. e Companhia Transleste de Transmissão S.A.. Decisão: Anuir o Contrato de Mútuo a ser firmado entre as Interessadas, com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, no montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

TICIANA FREITAS DE SOUSA

### SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

#### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE Em 14 de fevereiro de 2017

Nº 446 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais delegadas pelo Despacho nº 1.576, de 14 de junho de 2016, o que consta do Processo nº 48500.00.004711/2016-14, e em cumprimento à decisão liminar concedida nos autos do Processo Judicial nº 0028882-30.2016.4.01.3400/2ª Vara Federal e tendo em vista o que consta da Resolução Homologatória nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017 e no Processo nº 48500.004897/2016-10, decide:

(i) alterar o item (viii) do Despacho nº 2.634, de 30 de setembro de 2016, com a seguinte redação:  
"(viii) As componentes tarifárias de que trata os incisos (i) e (v) tem vigência a partir de 29 de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016;"  
(ii) A íntegra deste Despacho e seus anexos consta dos autos e estão disponíveis em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

DAVI ANTUNES LIMA

### SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

#### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE Em 6 de fevereiro de 2017

Nº 327. Processo nº 48500.004041/2016-36. Interessados: Cemar e Tijolaria União Ltda. Decisão: Negar provimento à reclamação da consumidora. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

Em 9 de fevereiro de 2017

Nº 388. Processo nº 48500.005385/2016-62. Interessados: Eletrobras Distribuição Piauí e Vera Lúcia da Costa Barbosa. Decisão: dar provimento à reclamação do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ANDRÉ RUELLI

### SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

#### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE Em 14 de fevereiro de 2017

Nº 425. Processo nº 48500.000278/2010-52. Interessados: Vendedores do 1º, 3º e 4º Leilão de Energia de Reserva, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuário de energia de reserva. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, atribua o valor ZERO ao acróimo ENFA\_DT, ano de apuração 2016, para todas as usinas a Biomassa vencedoras do 1º, 3º e 4º LER. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível no site [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).

Nº 426. Processo nº 48500.000278/2010-52. Interessados: Vendedores do 1º e 3º Leilão de Energia de Reserva, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuário de energia de reserva. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, atribua o valor ZERO ao acróimo QANG\_INV, e respectivo ano de apuração, para as usinas cuja janela de entrega se encerrou em dezembro de 2016. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível no site [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

### AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

#### DIRETORIA III

### SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

#### AUTORIZAÇÃO Nº 59, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 244, de 13 de agosto de 2012, nos termos do art. 53 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, de acordo com a Resolução ANP nº 17, de 10 de junho de 2010 e tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000009/2011-20, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada, no Polo de Processamento de Gás Natural de Caraguatuba (Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato - UTGCA), da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0121-18, localizado na Rodovia Caraguatuba-São Sebastião, s/nº, km 5, Pontal de Santa Marina, Município de Caraguatuba, Estado de São Paulo, com capacidade de processamento de gás natural de 20.000.000 m³/d, a operação das seguintes unidades e suas respectivas capacidades nominais:

Identificação	Unidade de Processo	Capacidade
UAPO-I	Unidade de Acerto de Ponto de Orvalho	8.250.000 m³/d
UAPO-II	Unidade de Acerto de Ponto de Orvalho	8.250.000 m³/d
UAPO-III	Unidade de Acerto de Ponto de Orvalho	6.600.000 m³/d
UPCGN	Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural	3.200 m³/d
UPCGN-II	Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural	2.400 m³/d
UPCGN-III	Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural	2.400 m³/d
UTC-I	Unidade de Tratamento Cástico	2.000 m³/d
UTC-II	Unidade de Tratamento Cástico	2.000 m³/d

Art. 2º Fica autorizada também a operação das unidades de tratamento, sistemas auxiliares, tancagem existente de petróleo, intermediários e derivados, e interligações com terminais, portos, clientes e empresas distribuidoras.

Art. 3º Ficam revogadas as seguintes Autorizações:

Autorização ANP	Publicação no DOU
Autorização ANP nº 226, de 15 de maio de 2012	16 de maio de 2012
Autorização ANP nº 107, de 11 de março de 2014	12 de março de 2014
Autorização ANP nº 108, de 11 de março de 2014	12 de março de 2014
Autorização ANP nº 162, de 22 de abril de 2014	23 de abril de 2014
Autorização ANP nº 319, de 27 de abril de 2015	28 de abril de 2015

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES

#### RETIFICAÇÃO

Na Autorização nº 304, de 18/03/2013, publicada no DOU de 19/03/2013, Seção 1, página 69, e retificada do DOU de 11/04/2013, Seção 1, página 63, no art. 1º, onde se lê: "com capacidade de produção de etanol hidratado de 380 m³/d e produção de etanol anidro de 120 m³/d", leia-se: "com capacidade de produção de etanol hidratado de 510 m³/d e produção de etanol anidro de 210 m³/d".

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 411 H, Apartamento 309 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Paulo de Melo Ming Azevedo, Segundo Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQN 307 I, Apartamento 603 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Leônidas dos Santos Melo Coelho, Primeiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 213 C, Apartamento 406 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Maria Elisa Rabello Maia, Ministro de Segunda Classe.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 307 C, Apartamento 202 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Luciana Faviero de Lara Ribeiro, Oficial de Chancelaria.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 213 D, Apartamento 503 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Juliana Cardoso Benedetti, Segundo Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 411 H, Apartamento 201 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Ricardo Fagan Pasiani, Terceiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQN 106 E, Apartamento 201 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Oresvaldo de Sousa Vaz, Oficial de Chancelaria.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQN 307 B, Apartamento 402 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Henrique Choer Moraes, Primeiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQN 308 F, Apartamento 504 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, André Collins Campedel, Terceiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 410 F, Apartamento 305 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Adriana Lúvia Torres Manzollilo, Assistente de Chancelaria.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 411 H, Apartamento 211 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Carolina Paranhos Coelho, Terceiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 411 H, Apartamento 312 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Daniel Hirtz, Terceiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQN 108 A, Apartamento 408 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Daniel Costa Figueiredo, Conselheiro.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 411 H, Apartamento 306 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Thiago Antônio de Melo Oliveira, Terceiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQN 308 G, Apartamento 207 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Lucas Pavan Lopes, Terceiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 307 C, Apartamento 207 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, William Jaques Pereira Santiago, Oficial de Chancelaria.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 207 E, Apartamento 611 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Felipe Afonso Ortega, Terceiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 411 H, Apartamento 310 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Eduardo Moretti, Terceiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 307 J, Apartamento 408 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Fábio Antonio do Rosário, Assistente de Chancelaria.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 213 C, Apartamento 306 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Gláucio José Nogueira Veloso, Conselheiro.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 213 E, Apartamento 302 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, João Marcelo Montenegro Pires, Conselheiro.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 207 E, Apartamento 108 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Tânia Mara Ferreira Guerra, Terceiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 213 E, Apartamento 602 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Elói Ritter Filho, Conselheiro.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 213 C, Apartamento 503 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Bruno Nunes Brant, Primeiro Secretário.

Publicar a revogação da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQN 209 O, Apartamento 206 de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, Emanuel Lobo de Andrade, Terceiro Secretário.

Publicar a concessão da permissão de uso do imóvel funcional sito à QI 31 9, de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, a Rodrigo Bertoglio Cardoso, Terceiro Secretário.

Publicar a concessão da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 411 H, de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, a Victor Campos Cirne, Terceiro Secretário.

Publicar a concessão da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 106 C, de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, a Luciana Faviero de Lara Ribeiro, Oficial de Chancelaria.

Publicar a concessão da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 307 J, de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, a William Jaques Pereira Santiago, Oficial de Chancelaria.

Publicar a concessão da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 104 I, de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, a Fábio Simão Alves, Segundo Secretário.

Publicar a concessão da permissão de uso do imóvel funcional sito à SQS 307 B, de propriedade da União, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores e destinado aos funcionários do Serviço Exterior, conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei 8.025, de 12 de abril de 1990, a José Augusto Ramos Cruz, Oficial de Chancelaria.

UNALDO EUGENIO VIEIRA DE SOUSA

## DIVISÃO DO PESSOAL

### PORTARIAS DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O CHEFE DA DIVISÃO DO PESSOAL, de acordo com a Portaria de delegação de competência, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 1993 e nos termos da Portaria Ministerial de 15 de agosto de 2005, publicada no Boletim de Serviço nº 157 de mesma data, resolve:

Nº 185 - Dispensar DELMA MONTEIRO DE OLIVEIRA MENDES, Assistente de Chancelaria, classe Especial, padrão V, do Ministério das Relações Exteriores, Siape nº 0457529, da Função Gratificada, código FGR-1, no Departamento da Aladi e Integração Econômica Regional (DEIR), a contar de 2 de janeiro de 2017;

Nº 186 - Dispensar MARIA DO CARMO SOUSA, Agente de Portaria, classe Especial, padrão III do Ministério das Relações Exteriores, Siape nº 0460090, da Função Gratificada, código FGR-3, na Divisão de Pagamentos (DPAG);

Nº 187 - Tornar insubsistente a Portaria nº 114, de 1º de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 2 de fevereiro de 2017 que dispensou MARIA JOSÉ FRANÇA FERNANDES JAEGER, Oficial de Chancelaria, classe C, padrão V, do Ministério das Relações Exteriores, Siape nº 1181788, da Função Gratificada, código FGR-3, na Divisão de Pagamentos (DPAG).

ANIEL ELER DUTRA JUNIOR

## Ministério de Minas e Energia

### AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

#### PORTARIA Nº 4.446, DE 31 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR -GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, com base no disposto no inciso VI, do art. 7º do Regimento Interno da ANEEL e o que consta no Processo nº 48500.000620/2017-91, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento do país, na forma do disposto no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, com a nova redação dada pelo Decreto nº 2.349, de 15 de outubro de 1997.

NOME: José Jurhosa Junior. CARGO/FUNÇÃO: Diretor. ÓRGÃO: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. PAÍS DE DESTINO: Estados Unidos da América. FINALIDADE DO AFASTAMENTO: Participação no Growing Economies: Latin America Energy Forum. PERÍODO: 6 a 12 de março de 2017, inclusive trânsito. TIPO DE AFASTAMENTO: com ônus. ENQUADRAMENTO DA VIAGEM: Art. 1º, inciso IV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEY DONIZETE RUFINO

### AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

#### PORTARIAS DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso III, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998 e Portaria nº 69, de 06 de abril de 2011, resolve:

Nº 79 Nomear ADRIANA NICKEL LOURENÇO, CPF nº \*\*\*.092.717-\*\*, para exercer o Cargo Comissionado de Assessoria, código CA - I, de Assessor de Diretoria, no Escritório Central da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na cidade do Rio de Janeiro, ficando exonerada do Cargo Comissionado de Assessoria, código CA - II, de Assessor de Superintendência. (Processo nº 48610.015141/2016-41 e Resolução de Diretoria nº 94, de 8 de fevereiro de 2017).

Nº 80 Nomear RUBENS CERQUEIRA FREITAS, CPF nº \*\*\*.572.836-\*\*, para exercer o Cargo Comissionado de Gerência Executiva, código CGE - I, de Superintendente de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis, no Escritório Central da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na cidade do Rio de Janeiro, ficando exonerado do Cargo Comissionado de Gerência Executiva, código CGE - III, de Superintendente Adjunto de Abastecimento. (Processo nº 48610.011982/2013-36 e Resolução de Diretoria nº 102, de 8 de fevereiro de 2017).



**Nº 81** Nomear ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES, CPF nº \*\*\*.594.297-\*\*, para exercer o Cargo Comissionado de Gerência Executiva, código CGE - III, de Superintendente Adjunto de Abastecimento, no Escritório Central da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na cidade do Rio de Janeiro, ficando exonerado do Cargo Comissionado de Gerência Executiva, código CGE - I, de Superintendente de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis. (Processo nº 48610.007415/2014-66 e Resolução de Diretoria nº 95, de 8 de fevereiro de 2017).

DÉCIO FABRÍCIO ODDONE DA COSTA

## CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

### DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 14 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS, no exercício da competência subdelegada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 143, de 2 de abril de 2008 (D.O.U. de 3 de abril de 2008), e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, resolve autorizar os afastamentos do País a seguir:

Francisco Hollanda Cavalcanti Vilhena, engenheiro da ELETRONUCLEAR, com destino a Hungria no período 25/02 a 02/03/17, para participar das reuniões do Grupo de Trabalho que planejará as atividades do ConvEx-3 (Convention Exercises) - International Emergency Response Exercise - promovido pela International Atomic Energy Agency, na Usina Nuclear de Paks. Tipo de afastamento: com ônus. ENQUADRAMENTO DA VIAGEM: Artigo 1º, Inciso IV.

Fábio Rezende da Silva, engenheiro de FURNAS, com destino a China no período 25/02 a 06/03/17, para testemunhar os ensaios de recebimento nos isoladores tipo disco - vidro temperado para utilização em corrente contínua nas linhas de transmissão 600 kV CC kV Foz do Iguçu - Ibiúna, adquiridos através do Termo Contratual 8000009348. Tipo de afastamento: com ônus. ENQUADRAMENTO DA VIAGEM: Artigo 1º, Inciso IV.

WILSON FERREIRA JUNIOR

## Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 68, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, e tendo em vista a decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Civil Pública nº 0013557-02.2011.4.02.5101, em trâmite perante a 32ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ, resolve:

DEMITIR MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS GOMES, Matrícula SIAPE nº 0923145, Datilógrafa, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/RJ, a contar de 07 de abril de 2016, com fundamento no Parecer de Força Executória n. 00003/2016/NAP/CCOB/PRF2R/PGF/AGU e na NOTA n. 00049/2017/CONJUR-MDSA/CGU/AGU.

OSMAR GASPARINI TERRA

#### PORTARIA Nº 69, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, e, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Disciplinar nº 35097.000035/2015-96 e no PARECER Nº 00007/2017/CONJUR-MDS/CGU/AGU aprovado pelo Despacho da Consultora Jurídica, resolve:

Aplicar a penalidade de DEMISSÃO a ROSEMARY CORREA FERNANDES DE SOUZA, Matrícula SIAPE nº 0937581, Técnico do Seguro Social, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social INSS/MG, com fundamento no art. 117, inciso IX, por força do art. 132, inciso XIII, e com os efeitos do art. 137, todos da Lei nº 8.112, de 1990, por ter praticado a seguinte infração administrativa: valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública. Essa penalidade tem sua eficácia suspensa enquanto perdurarem os efeitos dos atos de demissão aplicados pela Portaria nº 520, de 19 de novembro de 2014, publicada no DOU de 20 de novembro de 2014, conforme consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 35097.001594/2012-71, e pela Portaria nº 259, de 29 de dezembro de 2015, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2015, conforme consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 35097.003017/2013-02.

OSMAR GASPARINI TERRA

#### PORTARIA Nº 72, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, e, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Disciplinar nº 35204.000069/2015-16 e no PARECER Nº 00054/2017/CONJUR-MDS/CGU/AGU aprovado pelo Despacho da Consultora Jurídica, resolve:

Aplicar a penalidade de DEMISSÃO a FÁBIO COSTA BARROS, Matrícula SIAPE nº 1575970, ocupante do cargo de Técnico do Seguro Social, antes de sua exclusão do quadro de pessoal do INSS/AL, com fundamento no inciso IX do art. 117, por força do art. 132, inciso XIII, e com os efeitos do art. 137, todos da Lei nº 8.112, de 1990, por ter praticado a seguinte infração administrativa: valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública. Esta penalidade terá sua eficácia suspensa enquanto permanecer eficaz o ato de demissão aplicado pela Portaria nº 085, publicada no DOU de 08 de Março de 2012, decorrente do Processo Administrativo Disciplinar nº 35204.000582/2011-83.

OSMAR GASPARINI TERRA

#### PORTARIA Nº 73, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, e, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Disciplinar nº 35204.000079/2015-51 e no PARECER Nº 00025/2017/CONJUR-MDS/CGU/AGU aprovado pelo Despacho da Consultora Jurídica, resolve:

Aplicar a penalidade de DEMISSÃO a JOSÉ CARLOS DA SILVA, Matrícula SIAPE nº 0880207, ocupante do cargo de Agente de Vigilância, enquanto integrava a Instituição, do quadro de pessoal do INSS/AL, com fundamento no inciso IX do art. 117, por força do art. 132, inciso XIII, e com os efeitos do art. 137, todos da Lei nº 8.112, de 1990, por ter praticado a seguinte infração administrativa: valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública. Esta penalidade terá sua eficácia suspensa enquanto permanecer eficaz o ato de demissão aplicado pela Portaria nº 324, publicada no DOU de 21 de julho de 2015, decorrente do Processo Administrativo Disciplinar nº 35001.000199/2012-92.

OSMAR GASPARINI TERRA

#### PORTARIA Nº 74, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelos incisos I e IV do art. 1º do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, em cumprimento à decisão transitada em julgado do Supremo Tribunal Federal proferida no RE nº 831.966/DF, e, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 00736.000382/2016-42 e no PARECER Nº 00053/2017/CONJUR-MDS/CGU/AGU aprovado pelo Despacho da Consultora Jurídica, resolve:

Restabelecer os efeitos da Portaria MPS nº 464, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2006, que demitiu a servidora DOMINGAS FRANKLIN DE CARVALHO, Matrícula SIAPE nº 0889023, do cargo de Técnico do Seguro Social do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 35069.003035/2004-33.

OSMAR GASPARINI TERRA

#### PORTARIAS DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, e, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Disciplinar nº 35664.000481/2014-38 e no PARECER Nº 00050/2017/CONJUR-MDS/CGU/AGU aprovado pelo Despacho da Consultora Jurídica, resolve:

Nº 75 - Aplicar a penalidade de DEMISSÃO ao servidor EDNALDO DANTAS DA SILVA MAGALHÃES, Matrícula SIAPE nº 1452887, Técnico do Seguro Social, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/SP, com fundamento no art. 117, inciso IX, por força do art. 132, inciso XIII, e com os efeitos do art. 137, todos da Lei nº 8.112, de 1990, por ter praticado a seguinte infração administrativa: valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

Nº 76 - Aplicar a penalidade de DEMISSÃO ao servidor CLAUDIMAR FERREIRA DE SOUSA, Matrícula SIAPE nº 1636109, Técnico do Seguro Social, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/SP, com fundamento no art. 117, inciso IX, por força do art. 132, inciso XIII, e com os efeitos do art. 137, todos da Lei nº 8.112, de 1990, por ter praticado a seguinte infração administrativa: valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

Nº 77 - Aplicar a penalidade de DEMISSÃO à ROSANA SOARES VICENTE, Matrícula SIAPE nº 1445081, Técnico do Seguro Social, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/SP, com fundamento no art. 117, inciso IX, por força do art. 132, inciso XIII, e com os efeitos do art. 137, todos da Lei nº 8.112, de 1990, por ter praticado a seguinte infração administrativa: valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública. Esta penalidade ficará com a sua eficácia suspensa enquanto permanecer eficaz o ato de demissão aplicado à indiciada por meio da Portaria nº 165, publicada no DOU de 3 de abril de 2013, decorrente do Processo Administrativo Disciplinar nº 35664.000195/2011-20.

OSMAR GASPARINI TERRA

### SECRETARIA EXECUTIVA

#### PORTARIA Nº 169, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria SEGE/MP nº 32, de 25 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de fevereiro de 2015, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação conferida pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001; o disposto na Orientação Normativa SEGE/MP nº 4, de 12 de junho de 2015, na Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, e, ainda, o disposto no inciso II, § único do art. 7 da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, e demais informações que constam do Processo nº 71000.083014/2016-74, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação de cessão do servidor LUIZ CARLOS FERREIRA ALBUQUERQUE SILVA, matrícula nº 0.046.512, Administrador, pertencente ao Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para continuar prestando serviços à Câmara dos Deputados, onde ocupa o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, CD-CC-SP-25.

Art. 2º O ônus pela remuneração é do Órgão cedente.

Art. 3º Ao término da cessão o servidor deverá apresentar-se imediatamente ao Órgão cedente, observando o disposto nos arts. 4º e 6º da Orientação Normativa SEGE/MP nº 4, de 12 de junho de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

#### PORTARIA Nº 170, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 239, de 09 de novembro de 2012, resolve:

Exonerar a contar de 20 de janeiro de 2017, o servidor JOÃO PAULO BACHUR, SIAPE nº 1467240, CPF nº 284.431.168-70, do cargo em comissão de Gerente de Projeto, código DAS 101.4, da Secretaria Executiva, deste Ministério.

ALBERTO BELTRAME

#### PORTARIA Nº 171, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MDS nº 27, de 31 de janeiro de 2011, resolve:

Dispensar a contar de 04 de janeiro de 2017, a servidora ÍRIS HELENA PASQUALI, SIAPE nº 0751989, CPF nº 275.877.891-20, da Função Comissionada Técnica - FCT 09, da Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, da Secretaria Nacional de Assistência Social, deste Ministério.

#### PORTARIA Nº 172, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, em conformidade com o art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MDS nº 239, de 09 de novembro de 2012, resolve:

Dispensar a contar de 18 de janeiro de 2017, o servidor WALTER SHIGUERU EMURA, SIAPE nº 1184866, CPF nº 153.114.828-00, do encargo de substituto eventual do cargo em comissão do Secretário-Adjunto, código DAS 101.5, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, deste Ministério.